



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Elaboramos esta carta de apresentação das demonstrações financeiras da **Pintos S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** de 30 de junho de 2025 e informamos o que segue:

1. Documentos:
 - a) Relatório da Administração;
 - b) Relatório da Auditoria;

2. Relação das Demonstrações Financeiras:
 - a) Balanço Patrimonial;
 - b) Demonstração do Resultado;
 - c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
 - e) Demonstração do Resultado Abrangente;
 - f) Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras.

Declaramos que o conteúdo dos documentos relacionados é a representação fiel da situação patrimonial desta Instituição na data base mencionada e que somos totalmente responsáveis quanto ao conteúdo dos documentos contidos no arquivo enviado.

Teresina-PI, 25 de setembro de 2025.

Marco Antônio de Carvalho Pinto
Diretor Presidente

Eliane Alves Pinheiro Bonfim
Contadora: CRC-PI 8420/0-4

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, Marco Antônio de Carvalho Pinto, brasileiro, casado, natural de Teresina, Piauí, empresário, portador da carteira de identidade n.º 418.065-PI, inscrito no CPF/MF sob o nº 207.743.973-49, residente e domiciliado na cidade de Teresina, estado do Piauí, à Rua Senador Cândido Ferraz, n. 1.981, bairro Jóquei Clube, CEP: 64.049-250 assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo.

Declaro inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis.

Teresina-PI, 25 de setembro de 2025.

Marco Antônio de Carvalho Pinto
Diretor Presidente

Relatório da Administração

Senhores (as) acionistas,

Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao primeiro semestre de 2025.

Apresentação das atividades

As atividades operacionais da **Pintos S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** têm por objetivo operações de CDC, Crédito Pessoal e Crédito Consignado. As operações são realizadas através de uma rede de 09 (nove) lojas do Grupo Pintos (Lojas Pintos - correspondente Nacional) no estado do Piauí e do Maranhão. A instituição iniciou sua operação em março/2020, com autorização do BACEN ocorrida em fevereiro/2020, tendo iniciado as operações por meio do produto de Crédito Consignado com as empresas do Grupo Pintos, em seguida com as operações de CDC, Crédito Pessoal, Consignado Servidor Federal, Consignado INSS e Consignado Auxílio Brasil, respectivamente, utilizando as lojas Pintos localizadas em Teresina-PI e Timon-MA.

Avaliação de Resultados

No primeiro semestre de 2025, a financeira obteve um resultado líquido, antes da adição do JCP, de **R\$ 1,140 milhão**.

Em relação ao primeiro semestre de 2024, houve um **aumento de 15%** no lucro líquido.

Desempenho Operacional e Financeiro

Carteira de Crédito: A carteira de crédito, em posição de 30 de junho de 2025, atingiu o montante de **R\$ 3,614 milhões**. Houve uma redução nas contratações durante o período em comparação ao semestre anterior, em 16%.

Despesas Operacionais e Administrativas: As despesas operacionais e administrativas totalizaram R\$ 1,014 milhão no semestre, representando uma **redução de 36%** em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Esse decréscimo reflete melhorias na eficiência operacional e na gestão de custos.

Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido encerrou o semestre no montante de **R\$ 30,831 milhões**, consolidando a solidez financeira da instituição.

Gestão de Risco Operacional

Em atendimento a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil a Financeira possui política de gerenciamento dos riscos operacionais, sendo responsável pela identificação, avaliação,



monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação.

Risco de Mercado

Em consonância com o que prevê a Resolução 4.557/17 do CMN a Financeira possui gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado.

Ouvidoria

Implementado desde 18 de novembro de 2019, a Ouvidoria da **Pintos S.A. Crédito, Financeiro e Investimento** foi desenvolvida com base na Resolução n.º 4433/15 do BACEN. A partir de outubro de 2020, passou a atender ao que rege a Resolução nº 4.860/20, buscando contínuas melhorias para atendimento integral às referidas determinações, possibilitando-os as demandas efetuadas ao canal de comunicação dos 0800 da Ouvidoria. Nos pontos de vendas dos Correspondentes Nacional, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e suas respectivas atribuições.

Teresina-PI, 22 de setembro de 2025.

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Teresina – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2 às demonstrações contábeis de 30 de junho de 2025, a qual descreve que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil. Conforme a Nota Explicativa, as demonstrações contábeis não apresentam informações comparativas em razão da dispensa prevista na Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e na Resolução BACEN nº 352, de 23 de novembro de 2023. Nossa opinião não modifica em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da PINTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de setembro de 2025.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de
forma digital por
VICENTE
MICHELON:26690
608034

Vicente Michelon
CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL

A T I V O

	Nota Explicativa	30/jun/2025
CIRCULANTE		31.362
Disponibilidades	4	49
Banco Conta Corrente		49
Ativos Financeiros ao Valor Justo	5	28.398
Títulos e Valores Mobiliários		28.398
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6	1.913
Operações de Crédito		
Empréstimos		2.223
Financiamento		67
(-) Provisão para perdas associadas aos riscos de crédito		(377)
Outros Créditos	7	953
Diversos		953
Outros Valores e Bens		49
Despesas Antecipadas		49
NÃO CIRCULANTE		1.051
Realizável a longo prazo		
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	6	1.051
Operações de Crédito		
Empréstimos		1.292
Financiamento		32
(-) Provisão para perdas associadas aos riscos de crédito		(273)
TOTAL DO ATIVO		32.413

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Teresina – PI

BALANÇO PATRIMONIAL – R\$MIL

P A S S I V O

	Nota Explicativa	30/jun/2025
CIRCULANTE		1.582
Outras Obrigações		1.582
Fiscais e Previdenciárias	9	1.002
Sociais e Estatutárias	8	475
Diversas		44
Outras Obrigações		54
Credores Diversos - País		7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	30.831
Capital Social		30.000
Reserva Legal		150
Reserva Especial		-
Lucro/Prejuízo Acumulado		681
TOTAL DO PASSIVO		32.413

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS – R\$MIL

	Nota Explicativa	30/jun/25
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.612
Operações de Crédito		805
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários		1.807
 RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		 2.612
 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS		 (943)
Despesas de Pessoal		(180)
Despesas Administrativas	12	(542)
Outras Despesas Operacionais	13	(328)
Outras Receitas Operacionais		107
 RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		 1.669
 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	 11	 (529)
Imposto de Renda		(326)
Contribuição Social		(203)
 LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		 1.140
Juros S/Capital Próprio		(475)
Lucro Ajustado P/Adição do JCP		665
Lucro/Prejuízo por Ações		0,038

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$MIL

	Capital Social	Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 31/dez/24	30.000	150	1.975	-	32.125
Lucro do semestre				665	665
Lucro Acumulado				16	16
Distribuição do Lucro			(1.975)		(1.975)
Saldo em 30/jun/25	30.000	150	-	681	30.831
Mutação no Semestre	-	-	(1.975)	681	(1.294)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS DO PERÍODO – R\$MIL

	30/jun/25
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro Líquido Ajustado	
Lucro líquido do Período/Exercício	681
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	109
Variações de Direitos e Obrigações	
Redução/(aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	1.083
Redução/(aumento) em Operações de Crédito	678
Redução/(aumento) em Tributos a Compensar	(11)
Redução/(aumento) em Outros Pagamentos	-
Redução/(aumento) em Devedores Diversos	36
Redução/(aumento) em Despesas Antecipadas	(49)
Redução/(aumento) em Ativos Diferidos	(518)
(Redução)/Aumento em Obrigações Sociais e Tributárias	(559)
(Redução)/aumento em Obrigações Diversas	501
(Redução)/aumento em Credores Diversos	(3)
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	1.948
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Pagamento de Dividendos	(1.975)
Integralização de Capital	-
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamentos	(1.975)
(Redução)/Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27)
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	(27)
Saldo das disponibilidades no início do período	76
Saldo das disponibilidades no fim do período	49

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Teresina – PI
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES – R\$MIL

	30/jun/25
Lucro ou Prejuízo Líquido do Período/Exercício	681
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-
(=) Resultado Abrangente Total	681

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Teresina – PI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2025 (EM R\$MIL)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 01 de julho de 2019, tem como objeto social a realização de operações de financiamento, a prazo médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BCB.

As demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2025, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão e/ou aprovação ocorreu em 08 de setembro de 2025.

Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 - Instrumentos Financeiros

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/2021, que determina os parâmetros para: Classificação, mensuração, divulgação, reconhecimentos e baixa dos instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Por esta razão as demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas de forma comparativa, em consonância com o art. 102 da Resolução BCB nº 352/23.

A classificação dos instrumentos financeiros: reordenamento das carteiras de operações de crédito por suas modalidades.

A Instituição classifica os instrumentos financeiros de Cotas De Fundos De Investimento pela categoria de Valor Justo no Resultado e as operações de crédito pela categoria de custo amortizado.

O cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: parte-se para um modelo de provisão de perda incorrida, mais a perda esperada da operação, com base na distribuição por tipo de carteira, mensuração dos dias de atraso, além da classificação ou não como ativo problemático.

Os instrumentos financeiros terão o reconhecimento de juros interrompidos com mais de 90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado como problemático.

Aspectos fiscais: a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas.

O novo modelo de reconhecimento de juros das operações de crédito prevê o stop accrual quando ocorrer o atraso destas operações for superior a 90 (noventa) dias de atraso ou o ativo considerado como problemático.

Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das perdas associadas ao risco de crédito, conforme estabelece a Resolução BCB nº 352/23, com base em premissas de segregação da carteira, arrasto da provisão por ativo problemático e nível de atraso.

A Financeira concluiu que a transição para a Resolução 4.966 resultou em um ajuste no patrimônio de R\$ 16.540,18, líquido dos efeitos tributários.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacamos:

a) APURAÇÃO DOS RESULTADOS

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério “pró-rata” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por disponibilidades em moeda nacional e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

c) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS

As operações de crédito são registradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, que substituiu a sistemática anterior prevista na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nos termos da nova regulamentação, a provisão para perdas de crédito passou a ser mensurada com base no modelo prospectivo de perdas esperadas, em substituição ao modelo de perdas incorridas.

A instituição adota a carteira de operações de crédito de acordo com a classificação de ativos financeiros por categoria de custo amortizado e revisa periodicamente a classificação das operações e os modelos utilizados para cálculo das provisões, mantendo documentação, premissas e cenários que suportem as estimativas.

d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda da instituição e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados, quando aplicável, com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente.

e) RESULTADO POR AÇÃO

Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

NOTA 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixas e equivalentes de caixa com o valor de mercado está demonstrada a seguir:

	30/06/2025
Bancos	49
TOTAL GERAL	3.164

NOTA 5. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por valor justo no resultado:

	30/06/2025
Fundo de Investimento	28.398
TOTAL GERAL	28.398

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) A composição da carteira de operações de crédito por grupo de produto:

Grupo de Produto	30/06/2025
Crédito Pessoal	1.171
Consignado	1.728
CDC	65
TOTAL	2.964

b) Composição da carteira por modalidade e critério de classificação do ativo financeiro:

Ativo Financeiro - Custo Amortizado	
Modalidade	30/06/2025
Empréstimo	2.899
Financiamento	65
TOTAL	2.964

c) Composição das operações de crédito com problemas de recuperação:

Ativo Financeiro	30/06/2025
Ativo Problemático	157
Ativo Não Problemático	2.807
TOTAL	2.964

d) Composição de operações de créditos pelo contábil bruto por dias de atraso:

Carteira C5	30/06/2025
Não Problemáticos	2.889
Ativos não prob. 0-30 dias atras	2.742
Ativos não prob. 31-90 dias atras	147
Problemáticos Inadimplidos	725
Ativos Probl. Inadimplidos 1 mês	45
Ativos Probl. Inadimplidos 1-2 meses	39
Ativos Probl. Inadimplidos 2-3 meses	59
Ativos Probl. Inadimplidos 3-4 meses	24
Ativos Probl. Inadimplidos 4-5 meses	22
Ativos Probl. Inadimplidos 5-6 meses	49
Ativos Probl. Inadimplidos 6-7 meses	38
Ativos Probl. Inadimplidos 7-8 meses	74
Ativos Probl. Inadimplidos 8-9 meses	77
Ativos Probl. Inadimplidos 9-10 meses	37
Ativos Probl. Inadimplidos 10-11 meses	43
Ativos Probl. Inadimplidos 11-12 meses	59
Ativos Probl. Inadimplidos 12-13 meses	101
Ativos Probl. Inadimplidos 13-14 meses	55
Ativos Probl. Inadimplidos 14-15 meses	3
TOTAL	3.614

e) Composição de operações de créditos por carteira de provisão:

Ativo Financeiro	30/06/2025
Carteira C5	2.964
TOTAL	2.964

NOTA 7. OUTROS CRÉDITOS

Composição de Outros Créditos:

Outros Créditos	30/06/2025
CSLL A COMPENSAR	332
IRPJ A COMPENSAR	23
DEVEDORES DIVERSOS - PAGAMENTO	3
DEVEDORES DIVERSOS - PINTOS LTDA	77
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS - LEI 14.467/22	518
Total	953

NOTA 8. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2025, a remuneração a título de juros sobre o capital próprio no valor bruto somado de **R\$ 474.823,08**, com base no lucro do trimestre apurado em 30 de março de 2025 e 30 de junho de 2025, atendendo os limites fiscais dispostos no artigo 9º, da Lei nº 9.249/95. O valor aprovado foi contabilizado em conta de passivo individual de cada sócio, no dia **30 de junho de 2025**, após tributação pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 15%, conforme a legislação em vigor:

Deliberação	Valor deliberado	IRRF 15%	Valor líquido	Trimestre
AGE de 30 de junho de 2025	R\$ 244.293,88	R\$ 36.644,08	R\$ 207.649,80	1º
AGE de 30 de junho de 2025	R\$ 230.529,20	R\$ 34.579,38	R\$ 195.949,82	2º

NOTA 9. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição das obrigações fiscais e previdenciárias:

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	30/06/2025
IOF S/OPERACAO DE CREDITO	1
IRPJ A RECOLHER	280
CSLL A RECOLHER	171
IRRF S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	1
PIS, COFINS E CSLL S/SERVICOS TERCEIROS	2
PIS A RECOLHER S/RECEITA BRUTA	3
COFINS A RECOLHER S/RECEITA BRUTA	17
INSS A RECOLHER	6
FGTS A RECOLHER	1
IRRF A RECOLHER	2
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS LEI 14467	518
TOTAL	1.002

NOTA 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL REALIZADO

O capital está composto de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), divididos em 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) RESERVAS

A reserva especial de lucro constituída no valor de **R\$ 1.975.430,50** registrada no Balanço levantado em 31/12/2024 foi distribuída em parcela única no mês de fevereiro de 2025, na proporção do capital que cada sócio detém na sociedade.

Com isso, os saldos das reservas em **30/06/2025** passaram a ser:

RESERVA DE LUCRO	30/06/2025
RESERVA LEGAL (5%)	150
RESERVA ESPECIAL DE LUCRO	-
TOTAL	150

c) LUCROS ACUMULADOS

A conta de lucros acumulados é composta do lucro líquido obtido no período no valor de **R\$ 664.756,35** e do lucro obtido com o ajuste de despesa sobre a provisão de operações de crédito conforme definição da Resolução CMN nº 4.966/2021 no valor de **R\$ 16.540,18**, totalizando em lucro acumulado em 30/06/2025 de **R\$ 681.296,53**.

NOTA 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No semestre, o IRPJ/CSLL foi calculado com base no Lucro Real Trimestral e recolhido trimestralmente.

PROVISÃO IRPJ/CSLL	30/06/2025
Contas de Resultado Credoras	2.718.391
(-) Contas de Resultado Devedoras	(1.524.735)
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	1.193.656
(+) Adições	195.590
(-) Exclusões	(36.997)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Ant.	1.352.249
(-) Compensação Prej. Exerc. Ant. 30%	-
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	1.352.249
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	326.062
Contribuição Social - 15%	202.837

NOTA 12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Despesas Administrativas, expresso em reais:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	30/06/2025
ADMINISTRATIVAS	21.463
MANUTENÇÃO DE BENS	351.592
IMPOSTOS E TAXAS	1.684
DESPESAS FINANCEIRAS	38.011
SERVIÇOS PRESTADOS	48.562
OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS	80.569
TOTAL	541.881

NOTA 13. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Abaixo a composição das Despesas Operacionais, expresso em reais:

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2025
PROVISÕES PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	195.590
COFINS S/ RECEITA BRUTA	104.664
PIS/PASEP S/RECEITA BRUTA	17.008
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	10.890
TOTAL	328.152

NOTA 14. LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basileia)

No exercício findo em 30 de junho de 2025, a instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CMN n.º 4.192, de 01/03/2013 e 4.193, de 01/03/2013 complementadas e alterações posteriores pela normatização emitida pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 15. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os acionistas e administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor Gestão de Riscos, que tem por finalidade obter:

Risco de Crédito

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na

classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

Risco de Mercado

A Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Dentro desta linha a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral.